

# O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO SÓCIO ESPACIAL DO MUNÍCIO DE ITÁ/SC, APÓS A INSTALAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA

Juliana Pille da Silva<sup>1</sup>

O presente trabalho tem como objetivo diagnosticar e analisar as principais transformações sócio-espaciais ocorridas no município de Itá/SC, desde sua colonização à instalação da Usina Hidroelétrica, a qual, vem a ser a Primeira Grande Usina Hidroelétrica implantada em Santa Catarina.

O município de Itá localiza-se no Oeste Catarinense, no Alto Vale do rio Uruguai, componente da Bacia do Prata, sendo a divisa natural entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, desde a nascente do Rio Pelotas até a fronteira com a Argentina. O município foi colonizado por pequenos produtores oriundos do Rio Grande do Sul, sob orientação da Empresa Luce, Rosa & Cia. Ltda, a partir do ano de 1919. Os colonos, como eram chamados, vieram por desenvolver atividades ligadas ao extrativismo, pecuária e agricultura, sendo seus produtos distribuídos localmente e exportados para outras regiões. Paralelamente a este setor primário, existiam outros profissionais que desenvolveram atividades como o comércio, indústria, etc. Nota-se que desde o início da ocupação da região, o Rio Uruguai foi fundamental para o desenvolvimento econômico, seja como meio de transporte de madeira até a Argentina, como fonte de irrigação das terras dos colonos, ou mais recentemente como forma de extrair energia elétrica. (ESPINDOLA, 1998)

O século XX foi marcado por acontecimentos geoeconômicas no estado de Santa Catarina, que se caracteriza por um intenso desenvolvimento econômico e tecnológico, resultando na configuração territorial do estado e sua inserção na economia mundial, nacional e regional. As transformações decorreram da estrutura econômica aqui implantada e alicerçada na Pequena Produção Mercantil.

A compreensão da Formação sócio-espacial Catarinense passa pelo entendimento da sua dinâmica histórica, econômica e geográfica. Dinâmica esta que começa a partir do século XVIII, com a ocupação das terras Catarinenses.<sup>2</sup>

A ocupação do litoral catarinense inicia-se com a chegada dos vicentistas, que em muito pouco tempo foram sucedidos pelos açorianos ainda no século XVIII, provenientes das Ilhas de Madeira e Cabo Verde. O Projeto também visava a estruturação de uma economia baseada na policultura familiar (arroz, feijão, melado, farinha de mandioca, etc).

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC  
nannapille@yahoo.com.br

Esta pequena produção desenvolvia ainda as armações de baleias com a utilização do trabalho escravo. Já o Planalto (Lages, Curitiba, Campos Novos – Alta Bacia do Uruguai), foi ocupado pelos vicentistas (Paulistas da Alta Sorocaba) no século XVIII, que desenvolveram uma economia baseada na pecuária extensiva (pastoril), a qual, se estendeu para o extrativismo de ervas nativas (Porto União, Mafra e Canoinhas) e a mata araucária. Caracterizado por um sistema latifundiário, com base em relações servis e escravistas de produção.

Na segunda metade do século XIX foram ocupados os vales litorâneos por imigrantes alemães, concentrando-se inicialmente em Joinville e vale do Itajaí. No sul do estado a ocupação foi feita por imigrantes italianos localizando-se nas bacias do Rio Tubarão e Rio Urussanga. Tanto ao Norte como ao Sul, esses imigrantes dedicaram-se a uma pequena produção agropecuária de subsistência. Por último, em pleno século XX, completou-se a ocupação do território catarinense, trata-se da porção oeste do Planalto Catarinense. (VIEIRA & PEREIRA; ANAIS(1996:453-463), VIEIRA; RELATÓRIO, (2003:23)).

No início do século XX, período que marca a colonização do oeste catarinense pelos descendentes europeus oriundos do Rio Grande do Sul (CEOM, 1995). A colonização deste território em Santa Catarina envolveu muitos interesses de diversos níveis e categorias. O grande vazio do interior catarinense, “serra acima e planalto a fora” (SACHET, 1997), não escapara dos interesses do governo nacional. Percebeu-se que era preciso ocupar o território do oeste catarinense, para garantir a integração entre o Sul e o Centro - Leste do país. A partir desta observação sobre o território brasileiro encontrou-se a decisão apriori da construção de uma estrada de ferro e conseqüentemente fixariam imigrantes nas terras devolutas dos campos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, bem como nos Sertões do Paraná e São Paulo. O Projeto denominado como Ferrovia Colonizadora.

Em Santa Catarina, o trecho percorrido pela ferrovia foi construído entre 1907 e 1910, pela Cia americana Brazil Railway Company, de Percival Farquhar. Essa Cia ganhou como forma de pagamento 15 km de terras de cada lado de toda a extensão da ferrovia, dentro do estado de Santa Catarina. Os moradores residentes nessas terras, os quais, não tinham títulos de posse acabaram por serem expulsos. Este é um dos fatores que contribuíram para que mais tarde houvesse um dos conflitos mais conhecidos de Santa Catarina: a Guerra do Contestado (ALBA, 2002).

Com o projeto da construção da Estrada de Ferro RS/SP, o governo federal iniciou a fundação de núcleos coloniais através da Diretoria Geral do Serviço de Povoamento, que tinha como objetivo a venda de lotes aos colonos.

Em Santa Catarina a colonização das terras ficou por conta da empresa Brasil Development and Colonization, com sede nos Estados Unidos, subsidiária da Cia Brazil Railway. A partir

de 1915 a 1916, os primeiros núcleos se instalaram ao longo do Vale do Rio do Peixe, o processo de colonização e divisão dos lotes ficou também sob a direção de outras empresas (Bertaso e Maia, Cia Territorial Sul Brasil, Barth e Benetti, Chapecó - Peperi, Luce & Rosa e a Volksverein), pois a Brazil Railway Cia, passou, num primeiro momento a promover a exploração da madeira pela sua subsidiária a Southern Brazil and Colonization.

No estado de Santa Catarina a área em que a Estrada de Ferro fora construída, a companhia responsável pela obra veio gradativamente expulsar os moradores. Os proprietários, se vendo obrigados a abandonar sua terras, acabaram dirigindo-se a área contestada que era ocupada por posseiros. Em 1913, em Taquaruçu começa a guerra entre os caboclos e militares. Esta guerra não permaneceu somente em Taquaruçu, mais teve vários focos de incidência, mudando continuamente de lugar, deixando registrado muito sangue e uma história, que envolveu interesses políticos por parte dos estados de Santa Catarina e Paraná e religiosos em seus movimentos missionários. Esta guerra teve fim somente em janeiro de 1916, quando o Exército acabou com o movimento dos caboclos, seguido de um acordo feito pelos dois estados que dividiram em partes iguais as terras contestadas.

Solucionada a questão do Contestado em 1916, a criação de municípios foi a primeira providencia que o Estado de Santa Catarina tomou para confirmar sua posse sobre o território incorporado. A concessão de áreas de terras foi feita aos que dominavam politicamente e economicamente a região, e aos que tinham prestígio suficiente para influenciar essas concessões<sup>3</sup>. O processo de ocupação do solo do Oeste Catarinense deu-se no ano de 1917 por imigrantes europeus oriundos do Rio Grande do Sul, devido à escassez das terras gaúchas promovidas pelo contingente de migrantes europeus que nelas se estabeleceram.

Entre as principais empresas colonizadoras desta época encontramos a Bertaso e Maia, Cia Territorial Sul Brasil, Barth e Benetti, Chapecó - Peperi, Luce & Rosa, a Volksverein, Mosele, Eberle e Harons & Cia.

A partir da exploração da erva-mate e do início do ciclo da madeira a terra passou a ser cobiçada e comprada, tomada ou ganha pelas companhias colonizadoras. A retirada deste bem natural permitia que houvesse uma penetração de agricultores oriundos do Rio Grande do Sul, devido ao caminho de penetração da madeira, havendo assim em todo o Oeste Catarinense um desenvolvimento que influenciou grandes empresários e colonos a aplicarem seus recursos na aquisição de terras esta aplicação do capital financeiro por empresários gaúchos, deve-se ao fato de vislumbrarem neste empreendimento, fabulosos lucros, tanto na comercialização de madeira, como nas de

terras. Tanto a propriedade da terra, como a exploração da madeira, seguida de uma agricultura voltada para a produção de excedentes, acabou pôr vir a provocar conflitos com os posseiros, diminuindo consideravelmente deste modo o numero de caboclos que a habitavam essas terras antes da chegada das empresas.

As empresas atuantes nos territórios catarinenses tinham pôr obrigação, o trabalho de atrair os colonos como também o de preparar o mínimo de Infra-estrutura necessária para os possíveis moradores. A empresa Luce & Rosa e Cia., com sede em Porto Alegre/ RS, de propriedade de Adolpho Guilherme Luce, Timotheo da Rosa e José Petry, compraram da Baronesa de Limeira uma área de terra nas margens do rio Uruguai em 1883, apostando em sua valorização com a construção da estrada de ferro. Inicialmente a empresa dividiu esta área em 3.641 colônias, com aproximadamente 25 hectares cada uma delas. E somente a partir de 1915 e que Luce & Rosa intensificaram a comercialização destas terras, instalando então um escritório junto à estação de Barro, hoje atual município de Guarama/RS. Basicamente, em todas as comunidades formadas, surgiam diversas atividades, visando dar todas as condições para que seus novos habitantes pudessem ter relativo conforto.

Itá foi o primeiro município a ser colonizado pela empresa Luce & Rosa, sendo os primeiros colonizadores que chegaram a Itá, as famílias de Theodoro Schaubles, que havia emigrado da Alemanha alguns anos antes e se instalara no interior do estado de São Paulo, e dos irmãos Ângelo e Pedro Paludo, vindos de Monte Veneto/RS, identificando assim o mapa de localização das terras de colonização da Empresa Luce e Rosa, onde em 1919, juntamente com seus familiares estabeleceram-se e lotearam o local, sendo este local batizado de Itá, que em língua Tupi-Guarani quer dizer rocha (pedra, Objeto duro), nome dado pelo caboclo Luiz dos Campos.

Em 1920 o Sr. Pedro Paludo compra um estabelecimento comercial, vindo então a começar junto com o Sr. Guilherme Stenzler o ramo do comércio. Nesta década de 20 a vila vem a crescer gradativamente, tornando-se distrito de Cruzeiro (atual Joaçaba) instalado em 05/08/1925. Ainda nesta primeira década de colonização, os imigrantes desenvolveram a agricultura para sua subsistência, atividade que junto com o pequeno desenvolvimento do comércio veio a proporcionar uma consolidação econômica, fato já esperado, pois os colonizadores do município que vieram eram descendentes e até mesmo Alemães e Italianos, já trabalhavam com a terra tanto no Rio Grande do Sul como no seu país de origem. Devido a origem dos migrantes que se estabeleceram na região, acabou por ocorrer um desenvolvimento da pequena produção familiar, para subsistência, vindo mais tarde a produção para comercialização. Como já mencionado, esses migrantes oriundos do Rio Grande do Sul, já possuíam uma certa intimidade com a produção agrícola.

Na cidade de Itá/SC, ainda na década de 20, junto com o desenvolvimento da produção da cachaça, a Pequena Produção Familiar, acompanhava em seu ritmo, sendo considerada uma atividade secundária<sup>4</sup>, vista

apenas como um meio para suprir as necessidades e não como um ramo base para o desenvolvimento econômico da cidade. Onde acompanhou também o ciclo da madeira como atividade secundária, vindo a ser base econômica do município apenas na década de 50, com o esgotamento da madeira para a exploração. (Gerasul, 2000).

Votando para o final dos anos 20, mais precisamente em 1929, se estabelecia em Itá/SC o 1º Alambique, iniciando assim o ciclo da cachaça. A cachaça produzida era comercializada nos municípios vizinhos como Joaçaba/SC, Xanxerê/SC, Chapecó/SC e Erechim/RS, onde parte dela ia para a cidade de Laranjeira do Sul/PR. Como a produção da cachaça era também rapadura, marmelada, melado e ao bagaço da cana na época era utilizado para fechar buracos das estradas, colocados nas plantações como adubo. Sendo que as primeiras mudas de cana que iniciaram estas produções vieram do Rio de Janeiro/RS e São Paulo/SP, se adaptando posteriormente no solo do município para a sua exploração, tendo como proprietário de todas essas produções o Aluísio Luiz Lauxen. (Prefeitura Municipal de Itá, 2003).

Iniciando os anos 30, surge a primeira possibilidade de explorar uma atividade comercial lucrativa, a madeira. Toda a região era coberta por densas florestas subtropicais nos locais mais baixos e por florestas de araucárias nas partes elevadas, com enorme quantidade de árvores com bom valor comercial como o cedro, pinheiro e imbuía. Havendo apenas inicialmente o problema do transporte de madeira (fosse em toras inteiras ou serradas em grandes tábuas), pois não existiam estradas e meios de transportes adequados. Vindo a solução mais uma vez da natureza; o rio Uruguai, por ser navegável nos períodos de cheias, tornou-se a principal via de escoamento da produção madeireira da região, sendo o produto levado até a fronteira com a Argentina e comercializada. (Gerasul, 2000: 50).

O município de Itá até o início da década de 50 teve sua economia voltada ao extrativismo e comercialização da madeira, vindo neste mesmo período a partir de meados da década de 1940 o incentivo por meio do governo federal para o desenvolvimento agrícola no interior estado de Santa Catarina. Devido ao incentivo e ao esgotamento da matéria prima: madeira, a população do município passou a voltar seus trabalhos para a produção agrícola, vindo a produzir para as agroindústrias que no meado do século XX passaram a se desenvolver na região Oeste Catarinense, começando o desenvolvimento da agropecuária em Itá, atividade que predomina em até o final do século XX, pois o pequeno proprietário

familiar, que com a acumulação do capital, vinculado à organização espacial, como já mencionado, a terra passa a ser um meio de produzir renda. Desta forma o acúmulo do capital nas mãos de alguns comerciantes, ajudaram para posteriormente à implantação da agroindústria, onde somente a partir da formação espacial que atendiam as relações de produções desenvolvidas com a comercialização de produtos agrícolas inicia-se um novo incentivo a pequena produção familiar.

O Oeste Catarinense foi povoado por pequenos proprietários policultores, com tendência desde o início (1920 – 30) a produção comercial de suínos e milho. A partir de 1960 a integração dos colonos às agroindústrias foi se acelerando e temos hoje uma verdadeira região agro - industrial que produz porcos/ salmão, aves da matriz ao produto final, soja/ óleo etc..., acelerando o avanço industrial no Oeste, com uma concentração de grandes capitais (Sadia/Perdigão / Hering/ Seara/ Ceval), usando a Secretária da Agricultura e outras vantagens federais e estaduais.

Pioneira nesta iniciativa, a Sadia iniciou o sistema de integração na produção de suínos em 1952 e de aves em 1963. A empresa fornecia aos agricultores desde a planta das instalações até pintos de um dia, reprodutores suínos, rações e assistência técnica veterinárias. O produtor integrado engordava o animal e o vendia para a empresa na hora do abate, tendo desde o início a garantia de comercialização.

Nas décadas de 50 e 60, os modelos econômicos da região, baseado no minifúndio produtivo e no forte relacionamento entre a agricultura e a indústria, cresceu muito e se consolidou. A partir deste momento os agricultores passam a produzir forçadamente o que o mercado precisa consumir. Deixando a Pequena Produção Familiar, começando a comercialização de seus produtos agrícolas. Passando de uma cultura específica, caracterizada, transformando a terra em mercadoria e suas plantações voltadas para o mercado ao invés de consumo e troca. Tudo isso devido à introdução do capital na região, ocorrendo uma mudança social da região de consumo e produção.

O processo de modernização no Brasil tomou impulso em meados dos anos 60. Adotando a concessão de crédito rural relacionada à posse da terra, foi o principal recurso utilizado para viabilizar a modernização agrícola no Brasil. Essas técnicas tiveram dois lados, um que fez aumentar a produtividade agrícola e um maior assalariamento da mão-de-obra rural e por outro lado fez aumentar a desigualdade na distribuição da renda e o êxodo rural.

O período de transformação no campo (1940 – 1970), por caracterizar um novo sistema de produção. Na década de 50, em pleno auge do desenvolvimento brasileiro, o campo ou as áreas rurais não podiam mais significar atraso, não podiam ficar produzindo em pequenas escalas e com grandes perdas. Nas cidades, as indústrias estavam

mostrando o que em desenvolvimento, produzindo em larga escala e com custos reduzidos. A produção de alimentos tinha que ser realizada em modo industrial, seguindo o modelo das modernas e desenvolvidas indústrias. Mas para que a mudança no campo pudesse vingar, não bastava apenas modificar o modo de produção dos agricultores, se fazia necessário modificar o modo de pensar das pessoas do campo.

A Revolução Verde foi uma parte deste projeto. Pois para incentivar o pequeno agricultor a deixar de produzir várias culturas e em pequena escala, foi preciso mostrar a ele que desta maneira que ela estava trabalhando não teria como visar lucro de sua produção. Sendo preciso produzir em grande escala, ser um grande industrial do campo, enriquecer e consumir produtos beneficiados.

O município de Itá possui uma economia com forte dependência na produção agropecuária, a qual grande parte é exportada, onde a criação de agroindústrias torna-se uma das principais formas de investimento, quer seja pela matéria prima existente, quer pela estrutura e tradição agrícola e pecuária do município.

O desenvolvimento econômico da maior parcela dos municípios do Alto Uruguai Catarinense está diretamente ligado ao setor primário. Assim este setor, na atividade econômica do município de Itá caracteriza-se não só por absorver parcela significativa da população economicamente ativa, como também pela geração de excedentes que são absorvidos pelos setores industrial e comercial tanto a nível municipal como regional.

Ainda na antiga sede, na estrutura fundiária, encontramos 1.216 estabelecimentos rurais, com 96% caracterizados como minifúndios que ocupavam cerca de 86% do total das terras agrícolas do município de Itá.

Quanto à produção agrícola, o milho e a soja são as principais culturas, as quais despontam como produtos de grande participação na geração do valor da produção municipal. Já na pecuária, a suinocultura, a avicultura e a bovinocultura são os principais destaques. O setor industrial do município é pouco diversificado, sendo o beneficiamento da madeira o principal produto, o qual é quase totalmente exportado para outras regiões.

TABELA Nº01

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E PESSOAL OCUPADO NO SETOR SECUNDÁRIO

GÊNEROS	1970		1980		1989	
	Estabelecimentos	Pessoal ocupado	Estabelecimentos	Pessoal ocupado	Estabelecimentos	Pessoal ocupado



Prod. Min. ã Metálicos	02	-	02	-	02	18
Mecânica	01	-	01	-	-	-
Material de transp.	01	-	-	-	-	-
Madeira	05	10	06	24	07	60
Mobiliário	02	-	01	-	03	15
Têxtil	01	-	-	-	01	08
Vestuário, calç. art e tec	-	-	01	-	-	-
Prod. Alimentares	03	06	03	08	03	09
Bebidas	01	-	01	-	-	-
TOTAL	16	31	15	60	16	110

FONTE: Fundação IBGE, Censo Industrial - 1970 a 1980.

Em função da construção da UHE, a cidade foi totalmente alagada e relocada para uma nova área, cujo projeto de implantação foi definido com os moradores, órgãos municipais, estaduais e ELETROSUL. A essa mudança de sede, deu-se uma alteração na economia e nas perspectivas dos moradores.

As bases de produção agropecuárias ainda são a principal atividade econômica do município, onde estão assentadas quase toda sua totalidade, numa estrutura fundiária, composta por pequenas unidades produtivas autônomas, cerca de 87%, ocupadas e exploradas pelos proprietários dedicados basicamente à avicultura e suinocultura, gado leiteiro e de corte na pecuária e na agricultura destacamos a produção de milho e feijão.

Com os incentivos dados, propostos e impostos pelos órgãos atuantes, a população se viu em estado de mudança. Uma mudança obrigatória, mas que de alguma forma veio a colaborar com o desenvolvimento sustentável<sup>5</sup> do município.

Segundo a análise de alguns dados do IBGE, pode-se perceber que desde a notícia da implantação de uma UH (vem a ser responsável) no município de Itá, a economia veio a desenvolver e sofrer pequenas mais com o passar do tempo significativas mudanças.

TABELA Nº02

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO MUNICIPAL



Ano Populacional	1970	%	1980	%	1989	%	2000	%
<b>Urbana</b>	<b>757</b>	<b>10,45</b>	<b>1.068</b>	<b>13,68</b>	<b>1.357</b>	<b>16,31</b>	<b>3.422</b>	<b>50,59</b>
<b>Rural</b>	<b>6.485</b>	<b>89,55</b>	<b>6.740</b>	<b>86,32</b>	<b>6.964</b>	<b>83,69</b>	<b>3.342</b>	<b>49,41</b>
<b>TOTAL</b>	<b>7.242</b>	<b>100,00</b>	<b>7.808</b>	<b>100,00</b>	<b>8.321</b>	<b>100,00</b>	<b>6.764</b>	<b>100,00</b>

FONTE: Fundação IBGE, Censo Demográfico de SC - 1970 /80/2000.

O decréscimo da população rural. Embora ainda muito presente e significativo, tende a diminuir também devido à falta de incentivo neste setor primário da economia. Pode-se dizer também que devido a um êxodo rural (fato que já estava acontecendo em âmbito nacional, e também a instalação da UHI), acentuado neste período deu-se essa diminuição no setor primário.

Com uma apurada análise no Censo Demográfico que foi apresentado na tabela nº02, se fez necessário acrescentar que a diminuição da população verificada no Censo de 1989 para 2000 também está no fato em que 1997 acontece a emancipação de Paial, território até então pertencente ao município de Itá.

Após a relocação da população para uma nova área, ainda se percebe uma crescente urbanização das áreas rurais, promovidas pela valorização das terras às margens do lago da Usina (as quais pertencem aos agricultores), onde os próprios agricultores influenciados pelas diretrizes políticas de planejamento territorial, voltada para o desenvolvimento de atividades de turismo e lazer, acabam vendendo suas terras.

Como já mencionado o êxodo rural veio crescendo desde o período da comunicação da construção da Usina. Atestado esses referenciais pode-se analisar as tendências dos setores econômicos de 1970 a 1989, conforme a tabela 02, com esta estimativa apresentada pelo IBGE. Concluí-se que nos dias de hoje, em uma análise em campo, que as perspectivas anteriormente comentadas no Cens o estão corretas. A população vem a cada dia abandonado as atividades do setor primário e se integrando aos demais setores. Tudo isso também influenciado pelo alagamento de áreas que significou perda potencial da produção agropecuária.

TABELA Nº 03

## EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA - PEA

SETOR	1970	1980	1989	2000
Primária	3.648	2.645	2.733	1.518
Secundário	106	132	168	622
Terciário	263	381	484	1.226
TOTAL	4.017	3.158	3.385	3.366

FONTE: Fundação IBGE, Censo Demográfico de SC - 1970 /80/2000.

Estimativas SEPLAN/SC 1989

Pode-se perceber na tabela acima que a implantação de uma Usina acelera a transmutação do rural para o urbano, demonstrando uma tendência ao desenvolvimento do comércio, da indústria e a da exploração do turismo.

Com isso as novas configurações físico-espaciais começam a se delinear, surge atualmente, um novo uso do solo nas áreas agrícolas em lotes destinados a atividades de capital imobiliário para transformar as áreas agrícolas em lotes para atividades de turismo e lazer, para tanto as áreas rurais devem se transformas em áreas urbanas.

Toda a intenção de se construir uma UHE começou em 1966, quando técnicos do Comitê de Estudos Energéticos da Região Sul, visitaram a bacia do Rio Uruguai para um levantamento do potencial hídrico da região e as possibilidades de aproveitamento para a geração de energia elétrica. Após a análise sobre a região em questão, lançou-se um Programa de Construção de novas Usinas na Bacia do Uruguai, já que o rio era volumoso, a região de relevo dobrado e a alta declividade constituíam um cenário extremamente promissor. Tendo a relação custo benefício positivo, pelo fato do custo de energia geradora e o relevo encaixado, o que minimizaria o impacto ambiental. Possuindo assim um efeito rarefeito quanto à população das áreas que seriam inundadas, tornando assim a região ainda mais atraente (GERASUL, 2000). Em virtude das suas qualidades topográficas, geológicas e hidrológicas, Itá apontava uma excelente relação custo-benefício, e por apresentar o maior potencial de geração, ponto fundamental para determinar que a geração de energia, indicasse Itá como a primeira das usinas do rio Uruguai.

A Usina (Fig. nº04) esta localizada em terras dos municípios de Aratiba (RS) e Itá (SC), no curso principal do rio Uruguai, divisor dos dois estados, e situa-se no local definido pela curva do rio denominado Volta do Uvá.

O rio Uruguai apresenta-se como elemento estruturador da paisagem regional, ao longo do seu percurso de leste para oeste, marcado por curvas sinuosas e leito encaixado entre morros com encostas abruptas e algumas raras várzeas e meia encosta.

A cidade de Itá, por ser a sede municipal mais próxima da barragem e por ser a única a ser totalmente atingidas foi o local que primeiro recebeu os estudos, que visavam sua relocação para um sítio a quatro km da área sede. O ritmo deste processo foi alterado muitas vezes, mas nunca foi paralisado como aconteceu com a obra principal em decorrência de sucessivas mudanças ocorridas na política energética do país.

Ainda que temporárias, um empreendimento do porte da UHE Itá, produziu muitas alterações na dinâmica da economia local. Estas alterações, aliadas á redução de volume das atividades geradoras de tributos poderão ser compensadas pelo pagamento, por parte do consórcio, da compensação financeira pela energia gerada, bem pelas novas atividades incrementadas pelo turismo. Com a construção da UHE Itá, foi preciso elaborar um Plano Diretor do Reservatório e seu entorno (elaborado pela Gerasul em 2001). O Plano Diretor do Reservatório, segundo a própria Gerasul constitui-se em uma necessidade objetiva institucional e social contemporânea em decorrência não apenas da experiência positiva já acumulada no país na gestão estratégica planejada de outros projetos da mesma natureza como, sobretudo, pela eficácia e eficiência que proporciona aos seus empreendedores, ao constituir-se num instrumento de gestão capaz de integrar proposições de monitoramento ambiental, de vigilância patrimonial e de indução ao uso múltiplo do reservatório e seu entorno exeqüíveis, tanto pela iniciativa pública como privada (Plano Diretor do Reservatório da Usina Hidroelétrica de Itá, 2002).

A exploração de todas as potencialidades da região e mesmo do uso mais intenso do entorno do lago, estão compondo uma organização do espaço, que com certeza irá imprimir uma transformação nos usos e costumes e de apropriação do espaço individual e coletivo.

Cabe ressaltar que tanto o reservatório como o seu entorno apresentam restrições de uso, ou demandam usos permissíveis. Isso significa que as atividades econômicas já existentes, assim como as que ali deverão instalar-se, necessitarão obter licença ambiental tendo em vista o interesse público estabelecido de área.

A construção da Hidrelétrica e a Nova Configuração Territorial do município de Itá, promoveu e trouxe para o cenário político brasileiro o Movimento de Atingidos pelas Barragens (MAB). Trata-se de um movimento dos camponeses<sup>6</sup> cujas terras seriam invadidas pelas águas represadas pela construção de barragens para a produção de energia elétrica.

Para POLI (1999), após as diversas manifestações e conquistas o movimento caracterizou um novo momento na história da participação política do campesinato brasileiro. Vindo a promover e conquistar direitos que antes não eram dados aos atingidos.

Devido à formação do lago da Usina Hidrelétrica de Itá, favorecerá os municípios, pois lhes proporcionará um desenvolvimento turístico e incremento das atividades econômicas com explosão da área como via de transporte e de lazer. Desenvolvendo desta forma um mapa turístico rodoviário do Mercosul, destacando a área limdeira da Usina Hidrelétrica Itá, o qual fazem parte seis municípios do Oeste de Santa Catarina e cinco do Rio Grande do Sul integrados a AMULBI. Constatando as seguintes frases no mapa turístico e rodoviário do Mercosul: “Aqui tudo convida ao turismo, às festas, às paisagens, à herança cultural e a cordialidade do povo”, “Naturalmente, a partir destes pontos, você poderá aventurar-se e descobrir localidades diferentes e encantadoras”, “Escolha o seu roteiro e venha conhecer”.

A partir do contexto nacional da questão do desenvolvimento do turismo em uma curta e superficial análise, se faz necessário comentar sobre esta atividade econômica dentro do Estado de Santa Catarina.

Pelas inúmeras formas de exploração turística no estado Catarinense, criou-se a SANTUR (Santa Catarina Turismo S. A), junto com as Secretárias Municipais de turismo consilou-se o Turismo fundamental base econômica de vários municípios Catarinenses.

Desde o momento em que o turismo passou a ser visto como uma forma nova de desenvolvimento para um lugar e trazendo ao mesmo tempo nova atividade econômica para eles, entramos no estudo sobre esta nova fonte de renda no município de Itá/SC.

Para a realização deste processo econômico o município de Itá passou por grandes modificações no seu espaço geográfico. Modificações estas que

acabaram por proporcionar a prática do Turismo no município, oferecendo muitos atrativos. O turismo no município hoje é responsável pelo desenvolvimento deste, obtendo uma parte significativa na forma da realização dos trabalhos e a distribuição deste pelo município.

Quando mencionada infra-estrutura ROCHA " Apud BALATRERI (1997:68), está se levando em consideração além da infra-estrutura de acesso, representada pela rede de transportes e comunicação, a infra-estrutura urbana, tais como rede de água, de energia, de abastecimento, de saneamento básico, de coleta de lixo e esgoto". A partir das observações citadas acima por Balatreri, encontramos o município de Itá dentro dos parâmetros sobre infra-estrutura de acesso e urbana.

A estrutura urbana da nova cidade em decorrência das características morfológicas do sítio apresenta uma estrutura urbana linear, definida por um eixo viário que atravessa a cidade (zona residencial/ centro urbano/ zona residencial), canalizando os fluxos mais intensos em termos de veículos e pedestres. Conecta-se no extremo oeste com o trevo de acesso a cidade e no extremo leste com a estrada de acesso a UHI e com estradas vicinais de ligação para o interior do município. O acesso a UHI foi proposta para evitar o trânsito pesado dentro da cidade, completando o sistema viário com ruas secundárias e terciárias, possuindo assim um sistema viário com 95% asfaltado. Possuindo desta forma um a cidade hoje uma infra-estrutura completa, com rede de água, energia elétrica, telefonia, drenagem e rede de esgoto com tratamento de efluentes através de filtros anaeróbicos. O espaço urbano é arborizado com espécies exóticas que embelezam as ruas e praças da nova cidade. (PMI, 2003).

De vido a tendência da (re) produção de um novo espaço urbano para a nova sede de Itá, tornou-se presente à produção de um espaço turístico-urbano. Possuindo conforme a planta da cidade, uma área residencial, outra de comércio e serviços vinculados ao turismo, foram e tiveram como base para seu desenvolvimento uma infra-estrutura conforme os padrões propostos pelos órgãos responsáveis.

Segundo Santos (1997), "quando algo novo acontece num lugar, mudam as relações pré-existentes e outras são estabelecidas..." constatamos determinado

fato quando a população local da antiga sede é relocada para a nova sede, onde muda conseqüentemente suas relações interpessoais.

Fato quando o novo espaço da nova sede começa a ser habitado e conseqüentemente (re) formular a vida cotidiana da população. Toda esta mudança de lugar trouxe consigo uma nova e já prevista atividade econômica; o turismo. Identificado assim por Nör (2000), como sendo este novo uso (o turismo) como uma nova etapa do capitalismo, que acaba por vir a ocupar o espaço de uma forma anterior a dos agricultores e avança com a urbanização sobre a zona rural.

O processo de exploração turística no Brasil e em Santa Catarina, também veio a ser difundido no município de Itá, após a instalação da UHI. Havendo na antiga sede apenas um pequeno núcleo comercial do Centro - Urbano, e a agropecuária, sendo na época as únicas formas de renda sustentável da cidade. Somente a partir da instalação da Usina é que começaram a explorar o turismo no município, vindo a se integrar no ramo a economia do município que mais vem a ganhar incentivo por parte dos órgãos públicos atuantes e empre Para uma melhor forma de aproveitamento turístico no município, além da exploração dos seus recursos naturais, a sua cultura e a sua memória, para que seus visitantes possam perceber tudo, se faz necessário uma boa infra-estrutura. Infra-estrutura proposta, prevista e realizada pelos órgãos competentes determinados por um documento, Plano Diretor, podendo este ser municipal e ao que se refere ao objeto de estudo a empresa responsável pelo empreendimento já se faz ciência de outros dois Planos Diretores, um do Reservatório da UHI e seu entorno como um outro plano diretor para o Município. Nestes Planos Diretores, encontramos um projeto para viabilizar e organizar a exploração turística da região, buscando aumentar o potencial através da atuação conjunta do poder público e da iniciativa privada, criando o Programa de Roteiros Turístico Integrados.

Com a construção da UHI, acontece a consolidação do processo de implantação da atividade turística no município, onde os órgãos administrativos municipais e empresários locais já canalizam recursos e esperam resultados para este empreendimento turístico. Para a realização deste projeto, cujo, o investimento esta muito evidente, por "personagens" muito representativos dentro do Estado Catarinense, se faz necessário à prática de um desenvolvimento sustentável.

Ainda dispondo de seus recursos naturais para exploração de sua beleza, a prática do turismo rural, da arquitetura contemporânea que dispõe a cidade, da cultura representada e preservada em tradições ainda realizada no município, concluí-se que esta nova atividade econômica que o município de Itá vem exercendo, junto com a infra-estrutura completa e um desenvolvimento sustentável vem se tornando cada vez mais representativa para a economia do local.

Ainda dispondo de seus recursos naturais para exploração de sua beleza, a prática do turismo rural, da arquitetura contemporânea que dispõe a cidade, da cultura representada e preservada em tradições ainda realizada no município, concluí-se que esta nova atividade econômica que o município de Itá vem exercendo, junto com a infra-estrutura completa e um desenvolvimento sustentável vem se tornando cada vez mais representativa para a economia do local.

Uma das atividades que também vem se destacando no município de Itá são as festas de rodeio que vem tomando espaço nos festejos da cidade. Este ocorre uma vez por ano sendo conhecido como Rodeio Criolo Interestadual, atraindo gente de toda parte do Brasil. Além do rodeio, acontece no município de Itá duas festas muitas conhecidas na região, o Baile do Chopp e a Festa do município que acontece todos os anos no dia 13 de dezembro e a Festa do Dourado (carne de dourado).

As novas atividades desenvolvidas no meio rural brasileiro, como o turismo, mais precisamente no local de estudo, o município de Itá, vem a apresentar duas características comuns. Uma delas se refere ao fato de essas atividades serem de origens estrangeiras (exploração do meio rural), visto que antes essas mesmas atividades não eram comercializadas no Brasil, só havia apenas valor de uso (produção e comercialização do produto) e não valor de troca (hotéis fazendas). A outra característica comum é que essas novas atividades, quando se transformam em atividades comerciais, já nascem como parte de uma cadeia produtiva altamente especializadas e integradas a um complexo sistema de serviços que delimitam nichos específicos. (SILVA, 2002: 103).

Após o estudo realizado sobre a área do município de Itá/SC, entende-se hoje as "conseqüências" do processo da transformação sócio-espacial perante a estrutura econômica de Itá.



Para o município de Itá todo este processo de transformação espacial, acaba por proporcionar uma exploração histórica cultural, enriquecendo e preservando a memória de um povo que fez história. Tudo esse estudo se desenvolveu a partir da construção da UHI e a relocação da população, para um novo espaço geográfico. Que provocou muitas mudanças em todas os critérios e categorias da população e que instigou a esta pesquisa a tornar-se perceptível o processo brusco de transformação sócio-econômico que Itá vem sofrendo nesses últimos quinze anos.

Todo este processo é resumido por SANTOS (1985), onde este descreve exatamente o que esta acontecendo em Itá ao afirmar que “... O espaço como a soma da paisagem com a sociedade, onde as formas geográficas estão sempre mudando de significação, pois na medida que a sociedade sofre uma mudança, as formas assumem novas funções. Ocorrendo um movimento dialético entre forma e conteúdo”.

Logo a reestruturação espacial do município de Itá devido à implantação da UHI, fez com que se desencadeasse uma nova dinâmica sócio-econômica na nova sede.

Seguindo a entrada no século XXI com uma nova dinâmica espacial, onde se torna explícita ao se demonstrar a tendência de urbanização das áreas antes destinadas à produção agrícola, com grande influência do capital imobiliário e do setor terciário da economia, particularmente, as áreas de turismo e lazer, que têm impulsionado um novo uso do solo.